

PRÁTICAS DO ENSINO DA ÁREA DE LINGUAGENS NO CONTEXTO HOSPITALAR

Marilu dos Santos Borba
Universidade Estadual de Santa Cruz

Lúcia Fernanda Pinheiro Coimbra Barros
Universidade Estadual de Santa Cruz

Resumo: O presente artigo, recorte de uma pesquisa em andamento, tem como objeto de estudo, o educador no contexto do Atendimento Pedagógico Hospitalar do Estado do Bahia (BA) e objetiva compreender como se dão as práticas do ensino da Área de Linguagens – cujos componentes curriculares são Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Educação Física – em ambiente hospitalar, para pessoas que cursam o Ensino Médio, tendo como referencial teórico estudos sobre o letramento. A pesquisa é de natureza qualitativa e se dará em um hospital localizado em um município da região Sul da Bahia, onde são atendidos crianças e adolescentes em tratamento oncológico. É uma pesquisa do tipo estudo de caso, tendo como participantes, grupo de professores(as) que atuam neste hospital. Os instrumentos de coleta de dados são a entrevista semiestruturada com os professores participantes da pesquisa, a observação *in locus*, guiada por um roteiro previamente elaborado e o registro em diário de campo. Para análise dos dados, as categorias emergirão dos dados produzidos em campo. Espera-se que o estudo contribua com os processos de ensino da Área de Linguagens no contexto hospitalar.

Palavras chave: Atendimento Pedagógico Hospitalar. Linguagens. Práticas de ensino.

Introdução

Este artigo apresenta uma pesquisa em andamento sobre as práticas do ensino da Área de Linguagens em ambiente hospitalar, tendo como referencial teórico base, estudos acerca do letramento e seus desdobramentos no processo de escolarização hospitalar. Tem como objetivo compreender como se dão as práticas do ensino da Área de Linguagens, em ambientes hospitalares, para pessoas que se encontram em tratamento de saúde e que cursam o Ensino Médio. Em última análise, pretendemos possibilitar uma reflexão sobre o ensino dessa Área do Conhecimento dentro de um ambiente extraescolar e que muitas vezes se mostra adverso ao ensino.

O contexto do problema a ser estudado é de um hospital que atende crianças e adolescentes em tratamento oncológico, que fica situado em um município da região Sul da Bahia, onde esse tipo de atendimento é ofertado em parceria com a Secretaria Estadual da Educação, a qual disponibiliza professores das diversas áreas do conhecimento para atuarem

neste ambiente específico, desenvolvendo práticas de ensino junto aos alunos-pacientes em tratamento. Importante lembrar que a pesquisa será realizada com professores(as) da Área de Linguagens.

Assim, iniciaremos discutindo o que vem a ser o Atendimento Pedagógico Hospitalar (APH), contando um pouco da sua origem e apresentando as leis e resoluções que o asseguram tanto na esfera federal quanto estadual. Na sequência, abriremos uma discussão sobre o ensino da área supracitada em ambiente hospitalar. Trataremos especificamente do ensino via letramento. Assim, explicaremos o porquê de trazer o letramento para esse nível de escolarização.

Contextualização do Atendimento Pedagógico Hospitalar

A Pedagogia Hospitalar é um serviço especializado que visa o atendimento pedagógico educacional a crianças e adolescentes afastados da escola em processo de hospitalização e que, portanto, precisam de atendimento escolar diferenciado e especializado para dar continuidade ao seu processo de escolarização. Tem sua origem na Europa, após a Segunda Guerra Mundial, com a iniciativa de um grupo de médicos que observaram o grande número de crianças e adolescentes, mutilados e doentes, sem atendimento escolar (BATISTA, 2015). No Brasil, esse tipo de atendimento, nos parâmetros atuais, teve início em 1950 no Hospital Municipal Jesus, no Rio de Janeiro, serviço que é mantido até os dias atuais. A trajetória deste hospital é marcada pelo grande número de atendimentos por ano, obtendo grandes avanços e conquistas no que tange à consolidação do serviço, deixando de ser um atendimento com conotações caritativas, mas sim a efetivação do direito à educação para todos, como rege a Constituição Brasileira (RAMOS, 2007).

Apesar de estar mais difundido no Brasil, o Atendimento Pedagógico Hospitalar, ainda encontra barreiras entre os professores, cujas práticas pedagógicas não estão inseridas nesse contexto. Mas, por ser uma realidade, o atendimento está acontecendo e faz-se necessário contemplar o fazer pedagógico em tal ambiente, de modo a produzir conhecimento necessário ao aperfeiçoamento das práticas educativas, que visam ao desenvolvimento do indivíduo em tratamento.

Todo indivíduo, criança, adolescente ou adulto, que tem seu percurso escolar interrompido por algum tipo de doença ou por algum processo de adoecimento, tem o direito à educação assegurado por lei, dentro do espaço hospitalar ou domiciliar. Esse direito está expresso no artigo 208, da Constituição Federal Brasileira, que define o dever do Estado com a Educação; com a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, número

9394/96 pela Lei Federal 13.716/2018, em 24 de setembro de 2018 que passa a vigorar com o acréscimo do artigo nº 4-A em 24 de setembro de 2018 que assegura o atendimento durante o período de tratamento:

Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (BRASIL, 2018).

Tais legislações tornaram obrigatório o Atendimento Pedagógico Hospitalar e Domiciliar aos educandos enfermos. Na Bahia, no âmbito do sistema estadual de ensino, esse tipo de contexto educacional foi iniciado com a implantação do Atendimento Pedagógico Hospitalar e Domiciliar da rede estadual, pela Secretaria da Educação do Estado através da Portaria nº 7.569, de 7 de setembro de 2018.

Algumas outras legislações surgiram nesse íterim no intuito de corroborar esse direito. A Resolução 41, do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA), datada de 13 de outubro de 1995; a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. No seu artigo 13, esclarece de quem é a responsabilidade deste singular atendimento:

Os sistemas de ensino, mediante ação integrada com os sistemas de saúde, devem organizar o atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio. (BRASIL, 2001).

Em 2002, é publicado pelo MEC, o documento “Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações” (2002) que, em linhas gerais, norteia como deve ser organizado e desenvolvido o Atendimento Pedagógico Hospitalar e Domiciliar. O documento tem como base o artigo 214 da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e a Resolução nº 02, de 11 de setembro de 2001.

No entanto, apesar das garantias legais, a consolidação dessa oferta de ensino ainda não está assegurada. Assim, é imprescindível que se garanta o direito à continuidade dos estudos para aqueles que, em decorrência de problemas de saúde, estejam impossibilitados de frequentar a escola. Nesse contexto, é necessário compreender o cenário atual em que se insere essa oferta de ensino, particularmente na rede estadual de ensino da Bahia. Além disso, investigar e compreender como se dão as práticas de ensino nesse ambiente, especificamente

o processo de ensino da Área de Linguagens e quais as implicações dessa prática docente para a formação de professores da Educação Básica, é crucial para o fazer pedagógico.

Além das garantias do direito à escolarização, a educação hospitalar visa a não interrupção do processo formativo do aluno ou mesmo, possibilita-o um retorno à sua escola de origem sem grandes perdas no que diz respeito à capacidade de retomada do seu processo de aprendizagem com mais suavidade. Esse tipo de atendimento, dá ânimo a esses alunos promovendo a sensação de continuidade da vida, motiva-os a ter autoconfiança e acreditar em sua capacidade. Como descrevem Fiquer e Silva (2013, p. 120, apud MATOS; MUGIATI, 2001, p. 39):

Observa-se que a continuidade dos estudos, paralelamente ao internamento, traz vigor às forças vitais do enfermo, como estímulo motivacional, induzindo-o a tornar-se mais participante e produtivo, com vista a uma efetiva recuperação.

Nessa perspectiva, entendemos que na educação hospitalar, as práticas pedagógicas precisam atender o aluno em seu contexto global, respeitando e considerando seu estado físico, emocional e cognitivo. Pensar em práticas pedagógicas que intencionem a construção do conhecimento de modo a proporcionar a este aluno uma aprendizagem que lhe faça sentido, aproximando o conhecimento adquirido ao seu cotidiano, preparando-o para o exercício da cidadania. E é porque adotamos esse viés pedagógico que optamos por investigar o trabalho de professores(as) que atuam na Área do Conhecimento Linguagens, para adolescentes em ambiente hospitalar, tendo o letramento como base da sua ação pedagógica.

O ensino por área do conhecimento

O Ensino Médio, última etapa da Educação Básica, visa à formação integral do estudante. Tem como objetivo o aprofundamento das aprendizagens do Ensino Fundamental, preparando o estudante para o exercício da cidadania e a inserção no mundo do trabalho, levando em consideração a diversidade e pluralidade tão marcantes nessa etapa da vida. A finalidade do Ensino Médio é estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases, em seu artigo 35:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima e três anos, terá como finalidades:

- I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Documentos governamentais oficiais como os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM, 1999), as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM, 2006) e mais recentemente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), propõem o ensino voltado para o todo e não mais disciplinarmente fragmentado. Dessa forma, o aluno passa a adquirir conhecimentos básicos tornando-se capaz de inferir positivamente tanto no seu processo formativo quanto no âmbito dos diversos setores da sua vida. Propiciando, a aquisição de conhecimentos que favoreçam seu desenvolvimento quanto à sua capacidade de pesquisar, buscar informações e selecioná-las a partir de análise crítica, promovendo aprendizado significativo e não a memorização de conteúdo. O Ensino Médio passou a ser dividido por áreas do conhecimento, visando uma formação mais abrangente:

[...] o ensino médio deve atuar de forma que garanta ao estudante a preparação básica para o prosseguimento dos estudos, para a inserção no mundo do trabalho e para o exercício cotidiano da cidadania, em sintonia com as necessidades político-sociais de seu tempo. (OCEM, 2006).

A organização do ensino por área permite o “rompimento de fronteiras” entre as disciplinas, tornando os limites entre elas mais permeáveis, propiciando o compartilhamento de um mesmo objeto de estudo, promovendo a comunicação entre as disciplinas e assim facilitando o trabalho pedagógico numa perspectiva interdisciplinar. Santos (2019, p. 417) salienta:

O que se postula, nesse tipo de trabalho, por um lado, é uma postura docente capaz de ultrapassar as fronteiras de sua disciplina, por meio de trabalhos conjuntos e de acordo com as contingências dos conteúdos curriculares e, por outro, estabelecer interconexões entre os conhecimentos.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), em seu artigo 36 destaca as diretrizes básicas para a etapa do Ensino Médio, em que direciona para um planejamento que supere a disciplinaridade e aponte para um processo constante e permanente de interdisciplinaridade:

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes: I – destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania. (BRASIL, 1996).

É importante ressaltar que o trabalho disciplinar não está descartado, visto a necessidade, em questões específicas de determinados assuntos, de especialistas para seu aprofundamento. A proposta do ensino por área do conhecimento visa justamente promover maior interação entre as disciplinas por meio de interações conjuntas de forma contextualizada e de acordo com as exigências curriculares previstas. Dessa forma, nas palavras de Santos (2019, p. 420), “é preciso considerar o que são os conhecimentos de cada componente curricular, balizá-los e depois construir uma compreensão conjunta que atenda satisfatoriamente aos saberes das disciplinas envolvidas”.

Para que o trabalho por Área do Conhecimento seja implementado de fato, é importante entender que este é um trabalho colaborativo e requer do educador a disponibilidade de um planejamento conjunto entre as disciplinas, analisando quais as melhores abordagens, determinando quais os pontos convergentes entre os conhecimentos previstos e, principalmente, a intencionalidade pedagógica do professor. Para tanto, o planejamento é parte necessária nessa empreitada, não há como atuar interdisciplinarmente sem que seja proporcionado ao professor momentos de diálogo e planejamento entre seus pares.

No que tange a Área de Linguagens - Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa - além de buscar consolidar e ampliar conhecimentos do Ensino Fundamental, visa desenvolver competências e habilidades que lhe possibilitem articular significativamente, tais conhecimentos em seu cotidiano (BRASIL, 2018, p. 481). As diversas expressões corporais, visuais e ou verbais/orais são objetos dos componentes supracitados e a área em questão tem como principal objetivo proporcionar o fortalecimento e reflexões sobre o uso das diversas linguagens, já que estas são inerentes à capacidade humana de interagir e de se comunicar.

As interações humanas são fundamentais para que o sujeito compreenda e apreenda as diferentes formas de uso e funcionamento da língua, bem como as manifestações da linguagem e assim fazendo, percebe e constrói saberes relativos ao uso das linguagens nas diversas esferas da sociedade: igreja, escola, família, etc., e nas diversas situações sociais em que seja necessário o uso da linguagem para interagir e se colocar. Dessa forma,

[...] por ser uma atividade de natureza ao mesmo tempo social e cognitiva, pode-se dizer que toda e qualquer situação de interação é co-construída entre os sujeitos. Pode-se ainda complementar dizendo que, como somos sujeitos cujas experiências se constroem num espaço social e num tempo histórico, as nossas atividades de uso da língua e da linguagem, que assumem propósitos distintos e, conseqüentemente, diferentes configurações, são sempre marcadas pelo contexto social e histórico. (BRASIL, 2006, p. 24).

Nessa perspectiva, entende-se o uso da linguagem como algo imbricado às práticas sociais. São nas práticas sociais que há a produção de sentido, são nelas que a linguagem é praticada de forma contextualizada e assim o indivíduo consegue se apropriar de seus usos. É notável a necessidade de formar sujeitos letrados, ou seja, sujeitos capazes de utilizar a linguagem em diferentes espaços sociais, que lhes proporcione espaços para reflexão e conexão com a sua realidade. Como bem defende Soares (2004, p. 16), a compreensão e uso da linguagem precisam estar mais próximos do uso no cotidiano e nas situações reais em que somos expostos, “ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno”.

Pensar no ensino dentro da Área de Linguagens, por meio do processo de letramento, é um grande desafio frente às mudanças da sociedade, nos aspectos culturais, políticos, relacionais, etc. O acesso às tecnologias, a facilidade de uso dos novos aparatos tecnológicos trouxe um novo jeito de buscar conhecimento e informações, mudando também como se relacionar e aprender. Dessa forma, o processo de ensino e as metodologias não podem ser os mesmos.

O letramento e sua importância para a leitura e compreensão de mundo dos estudantes do ensino médio

O conceito de letramento foi introduzido pela teórica linguista Kleiman (1995) e aprofundado pela também teórica Soares (2004). Elas fazem uma distinção básica entre ser alfabetizado e ser letrado. Ser alfabetizado significa ser capaz de decodificar letras, enquanto ser letrado é entender e saber utilizar a leitura e a escrita para práticas sociais.

O processo tradicional de alfabetização costuma basear-se em um processo de aquisição da língua de modo mecânico e descontextualizado. Desse ponto de vista, ensinar a ler e a escrever acontece de modo desvinculado das questões sociais, políticas e culturais, nas quais o ser está inserido. Em síntese, é um processo baseado de sobremaneira na decodificação de palavras, que muitas vezes formam frases soltas e desconexas.

Entendemos que o uso da linguagem precisa estar em um lugar além do seu sentido literal, ela exige da pessoa que a usa, interpretação e atribuição de sentido naquilo em que fala/escreve. Precisa também de compreensão desse sentido em uma determinada situação. Dessa forma, percebe-se que o termo letramento extrapola em muito os muros da escola, visto que para além desta, existem situações e espaços que exigem diferentes domínios de leitura e escrita, comprovando a necessidade da promoção de propostas que permitam e viabilizem um domínio mais amplo dessas habilidades. Nessa direção, Rojo (2009, p.98) explica que

o termo letramento busca recobrir os usos e práticas sociais de linguagem que envolvem a escrita de uma ou de outra maneira, sejam eles valorizados ou não valorizados, locais ou globais, recobrando contextos sociais diversos (família, igreja, trabalho, mídias, escola etc.), numa perspectiva sociológica, antropológica e sociocultural.

Caminhando sob essa ótica, mais recentemente Peters e Barros (2017) defendem que letramento significa, entre outras coisas, compreender o sentido, numa determinada situação, de um produto cultural escrito; por isso, uma prática de letramento escolar poderia implicar um conjunto de atividades visando ao desenvolvimento de estratégias ativas de compreensão da escrita, à ampliação do vocabulário e das informações para aumentar o conhecimento do aluno e à fluência na sua leitura.

Graças a autores, como os citados, o ensino da língua materna deixou de ser algo de pressuposto estanque, distante do contexto do educando, que oferecia pouco espaço para reflexão e conexão com a sua realidade, para ser um ensino que promove aprendizado significativo e que proporcione ao aprendiz a utilização da escrita e da leitura para as práticas sociais. Em síntese, um ensino com vistas a promover amplo diálogo do aprendiz com o mundo em que vive. Como bem defende Soares (2004, p.16), a compreensão e uso da linguagem precisam estar mais próximos do uso no cotidiano e nas situações reais em que somos expostos, “ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno”.

O letramento é um conjunto de práticas que são definidas de acordo com a função que exercem em cada situação. Para Kleiman (1998, p. 182), o letramento adquire múltiplas funções e significados, dependendo do contexto em que é desenvolvido, isto é, da agência de letramento por ele responsável.

No contexto da pedagogia hospitalar, na metodologia utilizada, é esperado que os materiais sejam selecionados considerando cada situação. Em alguns casos há a necessidade de adaptação curricular, de acordo com o quadro clínico, as condições físicas e psicológicas, o espaço em que o aluno se encontra, o tempo que está sem frequentar aulas regulares, etc. São diversos fatores, internos ou externos, que podem vir a comprometer o modo como a aula foi planejada. Logo, as práticas de ensino da Área de Linguagens, do ponto de vista desta pesquisa, estão pautadas em estudos baseados no letramento, visto que “o próprio caráter personalizado das atividades de linguagem na educação hospitalar pressupõe práticas situadas de letramento” (PETERS; BARROS, 2018, p. 150).

No Ensino Médio, etapa do ensino em que está pautada esta pesquisa, é sabido que os alunos já são alfabetizados, já adquiriram os códigos linguísticos, aprenderam a codificar

(escrever) e decodificar (ler) a língua escrita, entretanto, é possível que este estudante, apesar de alfabetizado, ainda não esteja letrado, do ponto de vista linguístico. Os alunos que se encontram hospitalizados em tratamento oncológico frequentam o hospital, entre idas e vindas, há pelo menos um ano e esse período é de grandes perdas no seu processo de escolarização e o fato de saberem ler e escrever não garante que tenham domínio do uso da linguagem sabendo usá-la com propriedade, tanto a leitura quanto a escrita nas práticas sociais. Então, pedagogicamente, decidimos que deveríamos trazer para esta discussão não as práticas do ensino na Área de Linguagens pura e simplesmente, mas sim aprofundá-la pelo viés do letramento.

As aulas na educação hospitalar são um momento privilegiado de desenvolvimento dos processos de letramento. Cada atividade é pensada em parceria professor, aluno, familiar acompanhante e escola de origem que atuam no processo de aprender. (PETERS; BARROS, 2018, p. 151).

Assim, entendemos que os alunos hospitalizados, por longos períodos ou não, participam de diversas atividades que envolvem o letramento no hospital: aulas de diversas disciplinas, oficinas recreativas, palestras, atividades dialógicas, conversas com a equipe médica, além das aulas propostas pelos(as) professores(as) de área do conhecimento em estudo. Essas atividades proporcionam também aprendizagens significativas situadas no letramento, oportunizando dessa forma, o ensino para as práticas sociais.

Percurso metodológico

Esta pesquisa tem como *locus* de investigação um hospital em um município na região sul da Bahia, que atende crianças e adolescentes em tratamento oncológico. O hospital escolhido para esta pesquisa oferece o atendimento pedagógico educacional hospitalar tanto para crianças quanto para adolescentes. O atendimento para crianças que estão nos anos iniciais da educação básica fica a cargo da rede municipal de ensino e é realizado por pedagogas(os), que abarcam as disciplinas das diversas áreas do conhecimento no seu planejamento. Para os adolescentes que se encontram nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, o atendimento é ofertado pela rede estadual de ensino e é organizado semelhante à escola regular, com professores lecionando por disciplina específica ou ao menos, por área do conhecimento. Para efeito do desenvolvimento da pesquisa, fizemos um recorte escolhendo a etapa do Ensino Médio, que é o último nível de escolarização da Educação Básica.

A oferta do Atendimento Educacional Pedagógico Hospitalar (AEPH), pela rede estadual de ensino, é preferencialmente para estudantes matriculados no Ensino Médio, não

sendo excluídos os alunos do Ensino Fundamental II, que são atendidos normalmente, quando necessário. O AEPH é realizado por meio de uma parceria firmada entre a Secretaria Estadual da Educação do Estado da Bahia e a Santa Casa de Misericórdia do município, a qual pertence o hospital escolhido para a realização da pesquisa. Tem-se este ambiente como o universo da pesquisa e os(as) professores(as), os(as) participantes. Intenciona responder à seguinte questão: Como se dá o processo de ensino da Área de Linguagens em ambiente hospitalar, para pessoas que se encontram em tratamento de saúde e que cursam o Ensino Médio?

É um estudo de caso, pois intenciona investigar e compreender como os sujeitos em estudo organizam e pensam a sua prática nesse ambiente. Minayo (2014) mostra que optar por esse tipo de pesquisa, permite ao pesquisador ter um maior relacionamento de intersubjetividade com os grupos sociais. A base teórica é sustentada por autores que ajudarão a dar melhor interpretação dos fatos pesquisados. Assim, alguns procedimentos serão desenvolvidos para a realização desta pesquisa. A leitura atenta e sistemática, acompanhada de anotações e fichamentos no intuito de realizar uma revisão bibliográfica na área da Pedagogia Hospitalar e na área dos estudos sobre o ensino da Área de Linguagens baseado no letramento. Isso possibilita fazer relações entre a formação inicial e continuada desses docentes, no ambiente hospitalar.

Os instrumentos de coleta de dados são a observação *in locus*, registros das observações em Diário de Campo e a entrevista semiestruturada. Na observação serão registradas as práticas dos docentes da Área de Linguagens, foco de análise desta pesquisa, a saber: a organização dos conteúdos, o planejamento didático pedagógico e as estratégias de ensino. Para Barbosa (2010), [...]; como procedimento de pesquisa, o diário possibilita a documentação da experiência do ensino, fortalecendo material para a investigação sobre a prática. Bertoni (2005) destaca a importância dos registros feitos no Diário de Campo, pois, a partir deles:

[...] podemos identificar as dificuldades encontradas, os procedimentos utilizados, os sentimentos envolvidos, as situações coincidentes, as situações inéditas e, do ponto de vista pessoal, como se enfrentou o processo, quais foram os bons e maus momentos por que se passou e que tipos de impressões e de sentimentos apareceram ao longo da atividade, ao longo da ação desenvolvida. É uma via de análise de situações, de tomada de decisões e de correção de rumos. (BERTONI, 2005, p. 4).

Na entrevista serão coletadas informações, a fim de traçar o perfil destes(as) professores(as), bem como as concepções que têm sobre o ensino da Área em ambiente hospitalar. Assim, a coleta de dados será realizada por meio de três técnicas, a saber: (a)

observação *in locus*, com registros feitos em um (b) diário de campo, das experiências vividas pelos professores, desde o momento do planejamento, em reuniões até a atuação na unidade hospitalar. Esse registro, elaborado a partir da observação empírica, será produzido por meio do nosso acompanhamento a, pelo menos, cinco encontros pedagógicos realizados pela docente em que o foco será o processo das ações pedagógicas da docente. Por fim, há a (c) entrevista semiestruturada, na qual os dados e informações são coletados com o intuito de traçar o perfil desses(as) professores(as), suas concepções sobre o ensino da Área de Linguagens e os recursos metodológicos adotados em suas aulas.

Algumas considerações

É válido ressaltar que este artigo faz parte de uma pesquisa em andamento e, portanto, a compreensão das práticas pedagógicas para o ensino da Área de Linguagens no contexto hospitalar requer ainda a análise dos dados ora em coleta. Requer ainda um olhar atento às especificidades do trabalho docente nesse contexto, em especial no planejamento e nas práticas de ensino em si. São vários os aspectos a serem levados em consideração no contexto hospitalar que podem interferir na metodologia e, conseqüentemente, no processo de escolarização: o quadro clínico do aluno, a medicação prescrita, a rotina de cuidados, os exames, as intercorrências que podem vir a interferir de algum modo na atuação do professor.

O Atendimento Pedagógico Hospitalar só se tornou um serviço obrigatório muito recente, tanto no Brasil quanto na Bahia, há muitas perguntas ainda sem respostas nesse campo. Embora os estudos na área estejam em expansão, ainda há muitas lacunas a serem preenchidas, é preciso contemplar o fazer pedagógico em tal ambiente, em particular, o ensino da Língua Portuguesa, o que justifica a necessidade de produção de estudos que investiguem mais a miúdo a questão.

Assim, a pesquisa em questão oportuniza a compreensão de como se desenvolve a atuação docente nesse espaço, que é o responsável legal pela escolarização de alunos em períodos de internação, buscando compreender as práticas pedagógicas, no ensino da Área do Conhecimento Linguagens, nessa oferta de ensino dentro de um município localizado no Sul da Bahia, na etapa do Ensino Médio.

Referências

BARBOSA, Joaquim Gonçalves; HESS, Remi. **O diário de pesquisa**: o estudante universitário e seu processo formativo. Brasília: Líber Livro, 2010.

BATISTA, Valéria. **Ensino da linguagem escrita no contexto da classe hospitalar: um enfoque metalinguístico**. 2015. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. CONANDA. Resolução nº 41, de 13 de outubro de 1995. **Diário Oficial da União**: seção I, Brasília, DF, p.163/9-16320, out. 1995.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.716, de 24 de setembro de 2018**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. 2001. **Diário Oficial da União**: seção 1E, Brasília, DF, p. 51, 14 set. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Classes Hospitalares e Atendimento Pedagógico Domiciliar**: estratégias e orientações. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**: Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2018.

FIQUER, Rita Cláudia de Quadros; SILVA, Giselli Cristiane da. A importância da pedagogia Hospitalar na aprendizagem da criança. *In*: MATOS, Elizete Lúcia Moreira; FERREIRA, Jacques de Lima (org.). **Formação pedagógica para o atendimento ao escolar em tratamento de saúde**: redes de possibilidades *online*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

KLEIMAN, Ângela Bustos. Ação e mudança na sala de aula: uma pesquisa sobre letramento e interação. *In*: ROJO, Roxane. **Alfabetização e letramento**: perspectivas linguísticas. São Paulo: Mercado das Letras, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14.ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2014.

RAMOS, Maria Alice de Moura. **A história da Classe Hospitalar Jesus**, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS, Lucíola Licínio. Entrevista com o professor Antônio Nóvoa. **Educação em**

Perspectiva, Viçosa, v. 4, n. 1, p. 224-237, jan./jun. 2013.

SANTOS, Mônica Bertoni dos. **Saberes de uma Prática Inovadora**: investigação com egressos de um curso de Licenciatura Plena em Matemática, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) –Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SANTOS, Hermes Talles dos. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: algumas reflexões e considerações sobre o ensino por área do conhecimento. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, Ano 24, n. 41, p. 408-433 jan./abr. 2019.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros.2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PETERS, Itamara; BARROS, Eliana Merlin Deganutti. Letramentos no contexto da educação hospitalar. **Letras & Letras**, v. 33, n. 1, p. 252-279, jul. 2017.

PETERS, Itamara; BARROS, Eliana Merlin Deganutti. Caminhos para o letramento na educação hospitalar. **Revista Interfaces**, Paraná, v. 9, n. 1, p. 148-165. 2018.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

Sobre as autoras:

Marilu dos Santos Borba

Mestranda em Educação na Universidade Estadual – UESC; Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Educação Básica; msborba@uesc.br

Lúcia Fernanda Pinheiro Coimbra Barros

Doutora em Letras (UFMG); Professora adjunta no Departamento de Ciências em Educação, UESC – Brasil); Docente do Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Educação; Pesquisadora do Projeto de Pesquisa Leitura literária na escola: Building, experiências e propostas na educação básica e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Práticas Pedagógicas e a Docência (GEPED); lfpbarros@uesc.br